



RTA-137-2026

## **Fundação Padre Albino**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e o relatório  
dos auditores independentes**



RTA-137-2026

Rua Milton José Robusti, 75  
15º andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SPT. 55 (16) 3019-7900  
E. moorerp@moorebrasil.com.br[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)

Ribeirão Preto-SP, 6 de março de 2026.

À  
**Fundação Padre Albino**  
Catanduva-SPAtenção do Senhor **Reginaldo Donizeti Lopes**  
**Diretor Presidente**

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024,  
acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

**Moore Prisma Auditores Independentes****Ricardo Aurélio Rissi**  
**Diretor**

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e o relatório dos auditores independentes

#### Sumário

<b>Relatório da Administração</b> .....	<b>2</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b> .....	<b>4</b>
Demonstrações financeiras	
<b>Balancos patrimoniais</b> .....	<b>7</b>
<b>Demonstrações do Resultado</b> .....	<b>8</b>
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b> .....	<b>9</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b> .....	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b> .....	<b>11</b>
<b>Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024</b> .....	<b>12</b>
<b>Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024</b> .....	<b>13</b>
<b>Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024</b> .....	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b> .....	<b>15</b>

## Relatório da Administração

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, compreendendo as diversas unidades que constituem a Fundação Padre Albino.

Durante o exercício a Entidade apresentou déficits em suas Unidades de Saúde, resultados que seguem a tendência dos últimos anos.

Em 2025 a área de Educação seguiu a tendência dos últimos anos apresentando resultados sólidos. A boa performance contribuiu fortemente na obtenção da manutenção do resultado alcançado pela Fundação Padre Albino. Na área de Assistência Social o resultado também seguiu a tendência de déficits dos últimos anos. Nas demais atividades (atividades meio), a Fundação Padre Albino apresentou superávit.

Em 2025 a Fundação Padre Albino promoveu investimentos em diversas áreas de atuação, a saber:

### **SAÚDE**

- **Hospital Padre Albino** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 6.212.479,45. Obras em andamento no valor de R\$ 29.379.827,89. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 3.102.340,81. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 1.156.692,75. O valor total dos investimentos foi de R\$ 39.851.340,90 (trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta reais e noventa centavos);
- **Hospital Emílio Carlos** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 355.933,04. Obras em andamento no valor de R\$ 23.936.591,36. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 549.442,65. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 260.214,18. O valor total dos investimentos foi de R\$ 25.102.181,23 (vinte e cinco milhões, cento e dois mil, cento e oitenta e um reais e vinte e três centavos).

### **EDUCAÇÃO**

- **Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 561.055,41. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 273.670,09. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 396.941,12. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.231.666,62 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e dois centavos);
- **Colégio Catanduva** - Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 48.493,00. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 486.928,66. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 45.301,60. O valor total dos investimentos foi de R\$ 580.723,26 (quinhentos e oitenta mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos).

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL / ADMINISTRATIVO**

- **Recanto Monsenhor Albino** – Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 9.786,00. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 91.273,41. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 5.433,55. Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 6.199,98. O valor total dos investimentos foi de R\$ 112.692,94 (cento e doze mil, seiscentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos);
- **Coordenadoria Geral** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 96.522,19. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 19.200,10. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 271.791,37. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 947.267,22. Aquisição de software no valor de R\$ 540.000,00. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.874.780,88 (um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).

No âmbito social, a entidade, através do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA, Hospital Padre Albino, Hospital Emílio Carlos e Recanto Monsenhor Albino, deu andamento a vários projetos beneficentes e ações sociais realizadas para a comunidade de Catanduva e região, através de projetos e atividades, cursos e palestras, orientações, pesquisas e prestação de serviços institucionais.

O número total de colaboradores no término dos exercícios de 2025 e 2024 era de 2.630 e 2.473, respectivamente.

Os Hospitais Padre Albino e Emílio Carlos seguem com o projeto de reciclagem de lixo (papelão, plástico e sucatas), onde a coleta é realizada. Os produtos são vendidos e o valor é destinado à área de captação de recursos, que os aplica no custeio das atividades de oncologia do complexo hospitalar.

Durante o ano foram promovidas várias ações e benefícios sociais para os seus colaboradores com relação à alimentação, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, saúde, segurança e medicina do trabalho, transporte, treinamento e outras.

Junto à comunidade foram desenvolvidos vários projetos, ações e contribuições, a saber: assistência jurídica gratuita a pessoas carentes através do CEPRAJUR, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, assessoria e consultorias, educação, saúde e saneamento, segurança no trabalho, treinamento de Gestão de Processos como fator de segurança para os pacientes, orientação à população sobre os cuidados e prevenção de queimaduras e doenças em geral.

Para o exercício de 2026 os objetivos, na área da saúde, serão dar andamento nos projetos de ambientação do Hospital Padre Albino e com isso possibilitar que o mesmo atenda melhor as demandas sociais atuais. Na mesma linha, entregar à população a nova unidade do Hospital Padre Albino na Rua Manaus, 620. No Hospital Emílio Carlos será dado andamento no projeto de construção de nova ala, onde será instalada uma área de Hemodiálise, de Unidade de Terapia Intensiva, de Central de Materiais e Esterilização e de Central de Distribuição.

Na área educacional, os planos incluem a manutenção das instalações dos campos existentes do Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA e do Colégio Catanduva.

No Departamento de Assistência Social os planos incluem a manutenção das instalações das edificações e aquisições de novos bens móveis.

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras**

Rua Milton José Robusti, 75  
15º andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900  
E. moorerp@moorebrasil.com.br

**www.moorebrasil.com.br**

Aos diretores e conselheiros da  
**Fundação Padre Albino**  
Catanduva-SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Padre Albino ("Fundação ou FPA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Padre Albino em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 06 de março de 2026.

**Moore Prisma Auditores Independentes**  
CRC 2SP017256/O-3



**Ricardo Aurélio Rissi**  
Contador – CRC-1SP137183/O-8

## Fundação Padre Albino

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	4	22.407.896	73.826.513	Fornecedores	13	12.444.529	13.503.405
Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	5	15.419.241	5.787.246	Empréstimos e financiamentos	14	5.921.819	4.162.328
Contas a receber de clientes	6	31.216.531	14.871.360	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	15	12.796.799	11.205.922
Subvenções a receber	7	4.623.784	3.869.940	Provisões trabalhistas e de encargos		14.193.090	11.894.476
Estoques	8	8.279.996	7.242.921	Subvenções a realizar	16	19.078.006	8.546.242
Adiantamentos	9	8.799.874	6.781.624	Outras obrigações	17	11.301.026	8.633.304
Outros créditos		239.804	243.987	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>75.735.269</b>	<b>57.945.677</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>90.987.126</b>	<b>112.623.591</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	61.509.554	48.665.358
Depósitos judiciais	18	9.725.789	9.730.121	Provisões para contingências	18	18.963.995	17.085.642
		<b>9.725.789</b>	<b>9.730.121</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>80.473.549</b>	<b>65.751.000</b>
Propriedades para investimento	10	42.601.593	41.998.102	<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Imobilizado	11	204.349.195	144.504.011	Patrimônio social		185.694.792	179.764.369
Intangível	12	813.289	535.644	Superávit do exercício		6.573.382	5.930.423
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>257.489.866</b>	<b>196.767.878</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>192.268.174</b>	<b>185.694.792</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>348.476.992</b>	<b>309.391.469</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>348.476.992</b>	<b>309.391.469</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Contratualização SUS		159.640.527	112.958.818
Planos de saúde privado		80.231.927	72.601.116
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares		6.013.348	7.164.252
Mensalidades - atividade educação		102.013.687	93.925.865
Gratuidade com bolsas de estudos		10.948.123	10.156.698
Contraprestações assistenciais recebidas		351.224	323.209
Serviços voluntários obtidos		83.320	79.856
Subvenções e parcerias		18.750.654	25.505.714
Imunidades usufruídas	<b>25</b>	45.851.880	39.146.438
Doações para custeio		7.195.191	5.696.508
Doações em artigos e bens		4.299.970	1.482.207
Aluguéis		2.072.184	1.958.939
Outras receitas		1.704.806	1.500.341
		<b><u>439.156.841</u></b>	<b><u>372.499.961</u></b>
<b>Deduções da receita operacional</b>			
Gratuidade com bolsas de estudos		(10.948.123)	(10.156.698)
Bolsas de estudos concedidas		(9.772.294)	(8.522.214)
		<b><u>(20.720.417)</u></b>	<b><u>(18.678.912)</u></b>
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>20</b>	<b><u>418.436.424</u></b>	<b><u>353.821.049</u></b>
<b>Custos das atividades e serviços</b>			
Custos com pessoal		(165.819.361)	(142.119.816)
Serviços voluntários obtidos		(83.320)	(79.856)
Subvenções e parcerias		(18.750.654)	(25.505.714)
Imunidade das contribuições sociais		(45.851.880)	(39.146.438)
Custos com manutenção das atividades		(148.600.958)	(118.962.697)
	<b>21</b>	<b><u>(379.106.173)</u></b>	<b><u>(325.814.521)</u></b>
<b>Superávit bruto</b>		<b><u>39.330.251</u></b>	<b><u>28.006.528</u></b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	<b>22</b>	(13.829.664)	(12.472.115)
Depreciações e amortizações		(9.291.029)	(7.414.499)
Despesas com processos e contingências judiciais		(3.770.417)	(2.716.938)
Outras receitas operacionais	<b>10</b>	584.291	388.549
		<b><u>(26.306.819)</u></b>	<b><u>(22.215.003)</u></b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b><u>13.023.432</u></b>	<b><u>5.791.525</u></b>
Receitas financeiras	<b>23</b>	8.815.091	9.969.628
Despesas financeiras	<b>23</b>	(15.265.141)	(9.830.730)
<b>Resultado financeiro</b>		<b><u>(6.450.050)</u></b>	<b><u>138.898</u></b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b><u>6.573.382</u></b>	<b><u>5.930.423</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Superávit do exercício</b>	<b><u>6.573.382</u></b>	<b><u>5.930.423</u></b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>6.573.382</u></u></b>	<b><u><u>5.930.423</u></u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Reservas patrimoniais</b>	<b>Superávit do exercício</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>155.824.285</b>	<b>22.787.734</b>	<b>1.152.350</b>	<b>179.764.369</b>
Incorporação ao patrimônio social	1.152.350	-	(1.152.350)	-
Aumento do capital social com reservas	22.787.734	(22.787.734)	-	-
Superávit do exercício	-	-	5.930.423	5.930.423
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>179.764.369</b>	<b>-</b>	<b>5.930.423</b>	<b>185.694.792</b>
Incorporação ao patrimônio social	5.930.423	-	(5.930.423)	-
Superávit do exercício	-	-	6.573.382	6.573.382
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>185.694.792</b>	<b>-</b>	<b>6.573.382</b>	<b>192.268.174</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	6.573.382	5.930.423
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciações e amortizações	9.291.029	7.414.497
Residual de baixas do imobilizado	-	(888)
Provisão para perdas com contas a receber de clientes	(409.942)	919.965
Variação do valor justo	(584.291)	(388.549)
Juros incorridos líquido	11.069.598	4.477.183
Provisão para contingências	1.878.353	969.232
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes	(15.935.229)	(2.671.642)
Subvenções a receber	(753.844)	11.786.992
Estoques	(1.037.075)	(869.788)
Depósitos judiciais	4.332	852.846
Outros ativos	(2.014.067)	(1.618.958)
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	(1.058.876)	3.105.141
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.590.877	1.719.360
Provisões trabalhistas e de encargos	2.298.614	909.818
Subvenções a realizar	10.531.764	(12.790.801)
Outros passivos	2.667.722	2.585.666
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b><u>24.112.347</u></b>	<b><u>22.330.497</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições em propriedades para investimento	(19.200)	(115.960)
Aquisições do imobilizado e intangível	(69.413.858)	(56.553.985)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(69.433.058)</u></b>	<b><u>(56.669.945)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	18.919.279	22.577.449
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(15.385.190)	(7.594.810)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>3.534.089</u></b>	<b><u>14.982.639</u></b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(41.786.622)</u></b>	<b><u>(19.356.809)</u></b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.827.137	79.613.759
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.613.759	98.970.568
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(41.786.622)</u></b>	<b><u>(19.356.809)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024

Em reais

	<u>Saúde</u>	<u>Educação</u>	<u>Social</u>	<u>Demais atividades</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	2.323.871	15.720.555	10.876	4.352.594	22.407.896	73.826.513
Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	15.371.393	-	47.817	31	15.419.241	5.787.246
Contas a receber de clientes	26.374.446	4.455.149	(147)	1.013.044	31.842.492	14.871.360
Subvenções a receber	3.864.784	-	759.000	-	4.623.784	3.869.940
Estoques	8.157.397	18.790	30.717	73.092	8.279.996	7.242.921
Adiantamentos	7.098.508	1.535.494	35.700	130.172	8.799.874	6.781.624
Outros créditos	14.816	-	-	224.988	239.804	243.987
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>63.205.215</b>	<b>21.729.988</b>	<b>883.963</b>	<b>5.793.921</b>	<b>91.613.087</b>	<b>112.623.591</b>
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	445.923	55.258	39.949	9.184.659	9.725.789	9.730.121
	<b>445.923</b>	<b>55.258</b>	<b>39.949</b>	<b>9.184.659</b>	<b>9.725.789</b>	<b>9.730.121</b>
Propriedades para investimento	-	-	-	42.601.593	42.601.593	41.998.102
Imobilizado	182.603.938	13.977.575	1.508.655	6.259.027	204.349.195	144.504.011
Intangível	37.856	4.658	-	770.775	813.289	535.644
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>183.087.717</b>	<b>14.037.491</b>	<b>1.548.604</b>	<b>58.816.054</b>	<b>257.489.866</b>	<b>196.767.878</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>246.292.932</b>	<b>35.767.479</b>	<b>2.432.567</b>	<b>64.609.975</b>	<b>349.102.953</b>	<b>309.391.469</b>

Continua

## Fundação Padre Albino

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024

Em reais

Continuação

					<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Saúde</b>	<b>Educação</b>	<b>Social</b>	<b>Demais atividades</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	10.772.768	713.649	31.321	926.791	12.444.529	13.503.405
Empréstimos e financiamentos	5.921.819	-	-	-	5.921.819	4.162.328
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8.623.118	2.745.058	135.202	1.293.421	12.796.799	11.205.922
Provisões trabalhistas e de encargos	8.857.293	3.017.938	159.089	2.158.770	14.193.090	11.894.476
Subvenções a realizar	18.270.741	-	805.124	2.141	19.078.006	8.546.242
Outras obrigações	8.036.817	2.218.150	40.831	1.631.189	11.926.987	8.633.305
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>60.482.556</b>	<b>8.694.795</b>	<b>1.171.567</b>	<b>6.012.312</b>	<b>76.361.230</b>	<b>57.945.678</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	61.509.554	-	-	-	61.509.554	48.665.358
Provisões para contingências	10.818.843	1.794.109	183.981	6.167.062	18.963.995	17.085.642
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>72.328.397</b>	<b>1.794.109</b>	<b>183.981</b>	<b>6.167.062</b>	<b>80.473.549</b>	<b>65.751.000</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Patrimônio social	(77.274.867)	260.043.409	(31.036.886)	33.963.136	185.694.792	179.764.368
Reservas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Superávit do exercício	(29.091.813)	28.109.105	(3.016.608)	10.572.698	6.573.382	5.930.423
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(106.366.680)</b>	<b>288.152.514</b>	<b>(34.053.494)</b>	<b>44.535.834</b>	<b>192.268.174</b>	<b>185.694.791</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>26.444.273</b>	<b>298.641.418</b>	<b>(32.697.946)</b>	<b>56.715.208</b>	<b>349.102.953</b>	<b>309.391.469</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Padre Albino

### Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 por atividade e 2024 Em reais

					2025	2024
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado	Consolidado
<b>Receitas operacionais</b>						
Contratualização SUS	159.640.527	-	-	-	159.640.527	112.958.818
Planos de saúde privado	80.231.927	-	-	-	80.231.927	72.601.116
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	6.013.348	-	-	-	6.013.348	7.164.252
Mensalidades - atividade educação	-	102.013.687	-	-	102.013.687	93.925.865
Gratuidade com bolsas de estudos	-	10.948.123	-	-	10.948.123	10.156.698
Contraprestações assistenciais recebidas	-	-	351.224	-	351.224	323.209
Serviços voluntários obtidos	-	-	-	83.320	83.320	79.856
Subvenções e parcerias	18.351.203	-	399.451	-	18.750.654	25.505.714
Imunidades usufruídas	31.989.585	9.613.379	413.207	3.835.709	45.851.880	39.146.438
Doações para custeio	105.886	666.001	19.076	6.404.228	7.195.191	5.696.508
Doações em artigos e bens	4.260.209	5.516	20.454	13.791	4.299.970	1.482.207
Aluguéis	-	15.350	-	2.056.834	2.072.184	1.958.939
Outras receitas	50.684	420.365	-	1.233.757	1.704.806	1.500.341
	<b>300.643.369</b>	<b>123.682.421</b>	<b>1.203.412</b>	<b>13.627.639</b>	<b>439.156.841</b>	<b>372.499.961</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
Gratuidade com bolsas de estudos	-	(10.948.123)	-	-	(10.948.123)	(10.156.698)
Bolsas de estudos concedidas	-	(9.772.294)	-	-	(9.772.294)	(8.522.214)
	-	<b>(20.720.417)</b>	-	-	<b>(20.720.417)</b>	<b>(18.678.912)</b>
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>300.643.369</b>	<b>102.962.004</b>	<b>1.203.412</b>	<b>13.627.639</b>	<b>418.436.424</b>	<b>353.821.049</b>
<b>Custos das atividades e serviços</b>						
Custos com pessoal	(117.076.459)	(29.246.443)	(2.233.631)	(17.262.828)	(165.819.361)	(142.119.816)
Serviços voluntários obtidos	-	-	-	(83.320)	(83.320)	(79.856)
Subvenções e parcerias	(18.351.203)	-	(399.451)	-	(18.750.654)	(25.505.714)
Imunidade das contribuições sociais	(31.989.585)	(9.613.379)	(413.207)	(3.835.709)	(45.851.880)	(39.146.438)
Custos com manutenção das atividades	(137.955.000)	(34.436.387)	(853.402)	24.643.831	(148.600.958)	(118.962.697)
	<b>(305.372.247)</b>	<b>(73.296.209)</b>	<b>(3.899.691)</b>	<b>3.461.974</b>	<b>(379.106.173)</b>	<b>(325.814.521)</b>
<b>Superávit bruto</b>	<b>(4.728.878)</b>	<b>29.665.795</b>	<b>(2.696.279)</b>	<b>17.089.613</b>	<b>39.330.251</b>	<b>28.006.528</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas	(3.670.801)	(3.771.672)	(87.277)	(6.299.914)	(13.829.664)	(12.472.115)
Depreciações e amortizações	(6.645.790)	(1.269.658)	(195.915)	(1.179.666)	(9.291.029)	(7.414.499)
Despesas com processos e contingências judiciais	(3.587.801)	(256.973)	(26.519)	100.876	(3.770.417)	(2.716.938)
Outras receitas operacionais	-	-	-	584.291	584.291	388.549
	<b>(13.904.392)</b>	<b>(5.298.303)</b>	<b>(309.711)</b>	<b>(6.794.413)</b>	<b>(26.306.819)</b>	<b>(22.215.003)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>	<b>(18.633.270)</b>	<b>24.367.492</b>	<b>(3.005.990)</b>	<b>10.295.200</b>	<b>13.023.432</b>	<b>5.791.525</b>
Receitas financeiras	978.474	7.473.600	6.250	356.767	8.815.091	9.969.628
Despesas financeiras	(11.437.016)	(3.731.985)	(16.870)	(79.270)	(15.265.141)	(9.830.730)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(10.458.542)</b>	<b>3.741.615</b>	<b>(10.620)</b>	<b>277.497</b>	<b>(6.450.050)</b>	<b>138.898</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>(29.091.812)</b>	<b>28.109.107</b>	<b>(3.016.610)</b>	<b>10.572.697</b>	<b>6.573.382</b>	<b>5.930.423</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Fundação Padre Albino**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

## **1 Informações gerais**

### **1.1 Contexto operacional**

A Fundação Padre Albino (“Fundação ou FPA”), entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem prazo determinado de duração, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, sob nº 47.074.851/0001-42, criada em 11 de março de 1968, sob a estrutura fundacional, como autoriza o artigo 44. III do Código Civil, com sede central e domicílio civil na Rua dos Estudantes nº 225 - Parque Iracema, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo - CEP 15.809-144.

A FPA é mantenedora das seguintes unidades: Hospital Escola “Padre Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0008-19, Hospital Escola “Emílio Carlos” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0009-08, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0014-67, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA CAMPUS SÃO FRANCISCO 47.074.851/0016-29, Colégio Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0003-04, Recanto “Monsenhor Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0010-33, Centro Cultural e Histórico “Padre Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0011-14, da propriedade rural Fazenda Promissão inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0007-38 e do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0015-48.

A missão da FPA, outrora idealizado pelo Padre Albino Alves da Cunha e Silva está pautada na promoção humana e por consequência na melhora da condição de vida das pessoas que estão em estado de ampla vulneração social, especialmente os doentes e, com o propósito de cumprir a genuína missão, a FPA definiu como sua finalidade a atuação preponderante na área da saúde, como secundária, a educacional e terciária a assistencial, assegurando-se, para a consecução de seus propósitos, a observância ao princípio da universalidade, que confere a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, o direito às ações e serviços oferecidos pela instituição, uma vez atendido os requisitos previstos na legislação vigente.

Na área da saúde, a FPA presta assistência médica e hospitalar em regime ambulatorial e de internação, preferencialmente às pessoas residentes e domiciliados na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, bem como de outra região, guardadas as limitações da sua capacidade instalada e orçamentária. Atualmente, pelo reconhecimento que a FPA possui como entidade beneficente de assistência social, agrega à sua finalidade a oferta e o atendimento de pacientes não só advindos dos planos de saúde e particulares, mas especialmente aqueles provindos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a celebração de instrumento jurídico com o gestor Estadual, respeitado a obrigatoriedade da limitação mínima de atendimentos prevista na legislação vigente.

Na área educacional, a FPA mantém educação básica e superior (incluindo pós-graduações *lato e stricto sensu*), presencial ou à distância, por meio de filiais ou por meio de quaisquer outras unidades que possa criar ou manter, própria ou de terceiros, bem como incentiva e fomenta a pesquisa e o desenvolvimento das investigações científicas e históricas. Para a consecução da promoção educacional, a FPA promove, anualmente, a concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais, observados os limites e termos da legislação vigente, inclusive a regra de compensação social.

Na área assistencial, a FPA promove serviços socioassistenciais aos idosos e/ou a outros usuários enquadrados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação em plena observância à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, guardadas as suas limitações legais e orçamentárias.

## **1.2 Impostos e contribuições – renúncia fiscal**

A entidade é imune à incidência de alguns tributos e contribuições a saber:

### **(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A FPA, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos art. 150, VI, "c", e art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

### **(ii) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, art. 2, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas as suas finalidades essenciais, não se submetem a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita a incidência desse imposto sobre as referidas operações.

### **(iii) Programa de Integração Social (PIS)**

No passado, ante a controvérsia da regra do art. 55, da Lei 8.212/91, vez que necessária a existência de lei complementar para instituir requisitos ao implemento de imunidade tributária no tocante às entidades sociais, a FPA deliberou por ajuizar Ação Ordinária de Inexigibilidade Tributária com Repetição de Indébito, na 1ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, com a opção da realização do depósito judicial, que a teor do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Posteriormente, em data de 23/02/2017, o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, com o reconhecimento da repercussão geral da matéria concernente à questão de que os requisitos para o gozo da imunidade não de estar previstos em lei complementar, restando pacificado a imunidade das instituições detentoras do CEBAS em relação ao PIS sobre a folha. Vale destacar que mesmo diante da decisão, a FPA em uma conduta cautelosa optou por manter o depósito judicial dos valores do PIS até o mês de abril de 2023, vide nota explicativa nº 16.

**(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**

A FPA goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS esta abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

**(v) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária, de acordo com a Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 23.

**(vi) Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)**

A FPA por se tratar de entidade filantrópica e beneficente de assistência social na área da saúde, goza de inquestionável imunidade/isenção tributária, em razão do art. 150, inciso VI, letra "c", da Constituição Federal/88, também fundado no entendimento sedimentado pelo e. Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 767332, onde foi reconhecida a existência de repercussão geral. Também, em relação à municipalidade, a FPA é isenta das taxas de serviço urbano (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0097 de 21/12/1998) bem como da taxa de coleta de lixo (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0938 de 12/08/2018) em relação à alguns imóveis.

**(vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, alterada pela Medida Provisória nº 1.075/2021, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao Sesu/MEC, com o qual a FPA firmou Termo de Adesão para o Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA, com a última renovação em 15 de julho de 2022, para vigorar a partir do 2º semestre de 2022. Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

Para o gozo da imunidade, segundo a Lei nº 9.532/97, art. 12, parágrafo 2º, a Fundação está obrigado a atender os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- (e) apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

### 1.3 Da certificação no CEBAS

A Fundação Padre Albino teve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – deferida mediante Portaria SAES/MS nº 298 de 13/09/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/09/2022, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que está em curso nesse órgão sob nº de controle, SIPAR 25000.164012/2020-44, protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 23/11/2020, o qual encontra-se em análise técnica, com base na Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, no Decreto nº 8242/14 e na Portaria GM/MS nº 834, de 26 de abril de 2016. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 26/12/2023, o qual também se encontra em análise técnica, com base na Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta. De acordo com o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021 e art. 14 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a Fundação continua a usufruir das imunidades das contribuições sociais até o julgamento final da renovação em curso.

### 1.4 Manutenção financeira

A FPA é mantida através de auxílios, doações, legados, subvenções, receitas que se originam do desempenho de suas finalidades sociais e das atividades exercidas, receitas patrimoniais e financeiras e outras receitas oriundas de atividades que tenham por fim gerar recursos para sua manutenção.

Todos os recursos financeiros serão administrados e utilizados apenas para o cumprimento das finalidades sociais.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 06 de março de 2026.

**b Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

**c Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

**d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 10** – mensuração do valor justo das propriedades para investimentos;
- **Nota explicativa nº 11** – análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

**e Mensuração do valor justo**

Algumas políticas e divulgações contábeis da Fundação requerem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Fundação é classificada como nível 1 e nível 2.

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

**f Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação**

**f.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação**

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 foram analisadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fundação.

**f.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas**

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- (i) **CPC 02 / IAS 21:** As alterações ao CPC 02 (em convergência com as emendas à IAS 21 – *Lack of Exchangeability*) estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos, dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, bem como reforça os requisitos de divulgação relativos aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.
- (ii) **OCPC10:** Contabilização dos créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO).

**g.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (i) **CBPS 01 / IFRS S01 e CBPS 02 / IFRS S02:** As normas CBPS 01 e CBPS S02 (IFRS S1 E IFRS S2) estabelecem os requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações

- (ii) financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase específica nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Tais divulgações devem ser consistentes com a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.
- (iii) **CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7:** As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de *hedge*, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos vinculados a eventos contingentes.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração entende que a mudança da norma não possui impacto sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

- (iv) **CPC 51 / IFRS 18:** O CPC 51 (IFRS 18) estabelece novos conceitos fundamentais relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias distintas: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMs*), bem como determina critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

A Fundação não espera que essas alterações tenham impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

### 3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### a Instrumentos financeiros

##### a.1 Reconhecimento e mensuração inicial - ativos e passivos financeiros

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### a.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Fundação classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

##### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes), são classificados como ao VJR valor justo por meio do resultado).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Nesta categoria a Fundação classifica as “aplicações financeiras”.

### **Custo amortizado**

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Fundação é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Fundação, classificados como custo amortizado são “caixa e bancos conta movimento”, contas a receber de clientes e outros créditos.

Todos os passivos financeiros da Fundação estão classificados como custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

#### **a.3 Compensação de ativos e passivos financeiros**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **a.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **b Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)**

Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres) abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

**c Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)**

Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos) abrangem depósitos bancários e investimentos financeiros. Tais recursos financeiros estão vinculados a projetos/subvenções/convênios e serão utilizados quando da sua realização.

**d Contas a receber de clientes**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

**e Subvenções a receber**

As subvenções a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos contratos/convênios representativos desses créditos, referentes principalmente por direitos a receber de contratos e convênios públicos destinados a custeio e investimentos.

**f Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

**g Propriedade para investimentos**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta de resultado.

**h Imobilizado**

**h.1 Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas no resultado.

## **h.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## **h.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos e construções em andamento não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado.

## **i Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

### **i.1 Ativos financeiros**

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Para contas a receber de clientes, a Fundação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a FPA não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A FPA estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

### **i.2 Ativos não financeiros**

A administração da Fundação deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

**j Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

**k Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e posteriormente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

**l Subvenções a Realizar**

As subvenções a realizar são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no ativo em contrapartida do passivo em conta específica de subvenções a realizar e são realizados em confronto com as despesas correspondentes, conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

**m Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**n Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos

contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**o Reconhecimento de receita e despesas**

As receitas operacionais da Fundação constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados em seus dois Hospitais-Escola, das mensalidades escolares dos alunos matriculados em seus diversos departamentos de ensino, das doações de pessoas físicas e jurídicas e dos auxílios e subvenções recebidos de órgãos governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único.

As gratuidades são praticadas em todos os departamentos mantidos pela Fundação, tendo em vista sua finalidade filantrópica, sendo apuradas de acordo com as áreas de atuação da entidade, a saber: Saúde, Educação e Assistência Social.

**o.1 Prestação de serviços educacionais**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de educação básica e ensino superior.

**o.2 Bolsa de estudos concedidas (gratuidade)**

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, atendendo as determinações da Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta, e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente a filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

**o.3 Prestação de serviços médico hospitalares**

Os procedimentos médicos hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

#### **o.4 Subvenções**

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

#### **p Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a custos das atividades.

### **4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa	10.065	133.944
Bancos conta movimento - sem restrição	4.118.598	13.671.010
Aplicações financeiras - sem restrição	18.279.233	60.021.559
	<b><u>22.407.896</u></b>	<b><u>73.826.513</u></b>

As aplicações financeiras - sem restrição são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

### **5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Bancos conta movimento - com restrição	2.652	46.586
Aplicações financeiros - com restrição	15.416.589	5.740.660
	<b><u>15.419.241</u></b>	<b><u>5.787.246</u></b>

As aplicações financeiras – com restrição, referem-se a recursos vinculados aos Convênios/Projetos públicos. Permanecem restritos e aplicados substancialmente em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação.

## 6 Contas a receber de clientes

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Contas a receber de clientes:</b>		
Clientes - educação	9.946.450	11.473.671
Clientes convênio - saúde	7.290.346	7.857.281
Sistema único de saúde - SUS	17.217.495	1.540.259
Clientes particular - saúde	71.250	221.583
	<b>34.525.541</b>	<b>21.092.794</b>
<b>Outras contas a receber:</b>		
Cartão de crédito	734.369	276.534
Cheques a receber	230.798	120.302
Outras contas a receber	1.989.911	55.760
	<b>2.955.078</b>	<b>452.596</b>
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (i)	<b>(6.264.088)</b>	<b>(6.674.030)</b>
	<b>31.216.531</b>	<b>14.871.360</b>

- (i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as particularidades operacionais da Fundação, após criteriosa análise das contas a receber vencidas. Para o contas a receber do SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias. A administração da Fundação entende ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

## 7 Subvenções a receber

<b>Descrição</b>	<b>2024</b>	<b>Novos convênios/ aditivos</b>	<b>Valores recebidos/ repasses</b>	<b>2025</b>
<b>Hospital Escola Padre Albino</b>				
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	3.138.771
	<b>3.138.771</b>	-	-	<b>3.138.771</b>
<b>Hospital Escola Emílio Carlos</b>				
- Sustentáveis	662.669	-	-	662.669
	<b>662.669</b>	-	-	<b>662.669</b>
<b>Ambulatório Médico de Especialidades</b>				
- Secretaria	-	-	63.343	63.343
	-	-	<b>63.343</b>	<b>63.343</b>
<b>Recanto Monsenhor Albino</b>				
- Termo de colaboração 04/2020 - 5º Aditamento	-	102.300	(102.300)	-
- Termo de fomento 01/2023 / 2º Aditamento	66.000	198.001	(198.000)	66.001
- Termo de colaboração 07/2025 - SMADS	-	792.000	(99.000)	693.000
- Outros	2.500	-	(2.500)	-
	<b>68.500</b>	<b>1.092.301</b>	<b>(401.800)</b>	<b>759.001</b>
<b>Subvenções a receber</b>	<b>3.869.940</b>	<b>1.092.301</b>	<b>(338.457)</b>	<b>4.623.784</b>

As subvenções a receber são registrados no ativo em contrapartida do passivo e são realizados, quando do seu efetivo recebimento.

## 8 Estoques

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Medicamentos e materiais hospitalares	6.760.104	5.843.125
Materiais de manutenção	288.339	264.280
Produtos alimentícios	272.310	227.909
Materiais de limpeza	273.676	210.800
Materiais de segurança e medicina do trabalho	280.340	385.707
Almoxarifado e outros estoques	405.227	311.100
	<b><u>8.279.996</u></b>	<b><u>7.242.921</u></b>

O saldo dos estoques, em sua maioria, é representado por medicamentos, materiais médico-hospitalares e outros produtos relacionados a atividade hospitalar, utilizados na prestação de serviços de saúde nos hospitais. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

## 9 Adiantamentos

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamento a fornecedores (i)	6.330.640	4.714.482
Adiantamento de férias	2.131.022	1.896.276
Adiantamento a funcionários	36.952	92.065
Outros adiantamentos	301.260	78.801
	<b><u>8.799.874</u></b>	<b><u>6.781.624</u></b>

(i) Parte substancial dos adiantamentos se referem a antecipação de recursos para aquisição de imobilizado na área de saúde.

## 10 Propriedade para investimentos

	<b>Terrenos rurais</b>	<b>Terrenos urbanos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>25.000.000</b>	<b>6.073.814</b>	<b>10.419.779</b>	<b>41.493.593</b>
Aquisições do exercício	-	-	115.960	115.960
Variação do valor justo do exercício	3.000.000	470.000	(3.081.451)	388.549
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>28.000.000</b>	<b>6.543.814</b>	<b>7.454.288</b>	<b>41.998.102</b>
Aquisições do exercício	-	-	19.200	19.200
Variação do valor justo do exercício	-	242.000	342.291	584.291
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>28.000.000</b>	<b>6.785.814</b>	<b>7.815.779</b>	<b>42.601.593</b>

Em atendimento do CPC 28 – Propriedade para Investimento, a Fundação adota o método de valor justo por melhor refletir o seu negócio e para possíveis análises de mercado. O valor justo dos terrenos e das edificações está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes, datado de 16 de setembro de 2025. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

## 11 Imobilizado

### a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.117.337	-	12.117.337	12.117.337
Edificações e benfeitorias	4%	184.971.288	(31.084.079)	153.887.209	102.156.620
Máquinas e equipamentos (i)	10%	48.002.958	(25.962.929)	22.040.029	17.955.594
Instalações	10%	1.047.878	(1.047.878)	-	-
Móveis e utensílios (i)	10%	18.068.397	(9.610.658)	8.457.739	5.155.875
Equipamentos de informática (i)	20%	13.790.426	(7.694.380)	6.096.046	4.991.555
Veículos (i)	20%	3.326.414	(1.971.783)	1.354.631	1.741.065
Imobilizações em curso	-	853.338	-	853.338	853.338
Outras imobilizações	-	36.270	-	36.270	26.031
(-) Provisão para perdas - impairment	-	(493.404)	-	(493.404)	(493.404)
		<b>281.720.902</b>	<b>(77.371.707)</b>	<b>204.349.195</b>	<b>144.504.011</b>

### b Movimentação do custo de aquisição

	2023	Adição	Baixas	Transferências	2024	Adição	2025
Terrenos	12.117.337	-	-	-	12.117.337	-	12.117.337
Edificações e benfeitorias	89.433.689	40.978.976	-	-	130.412.665	54.558.623	184.971.288
Máquinas e equipamentos	39.221.675	7.380.855	(5.890.332)	10.077	40.722.275	7.280.683	48.002.958
Instalações	1.047.878	-	-	-	1.047.878	-	1.047.878
Móveis e utensílios	12.075.090	2.358.247	(617.863)	590	13.816.064	4.252.333	18.068.397
Equipamentos de informática	6.917.920	4.232.444	(121.252)	(10.667)	11.018.445	2.771.981	13.790.426
Veículos	1.793.714	1.532.700	-	-	3.326.414	-	3.326.414
Imobilizações em curso	853.338	-	-	-	853.338	-	853.338
Outras imobilizações	15.160	10.871	-	-	26.031	10.239	36.270
(-) Provisão para perdas - impairment	(493.404)	-	-	-	(493.404)	-	(493.404)
	<b>162.982.397</b>	<b>56.494.093</b>	<b>(6.629.447)</b>	<b>-</b>	<b>212.847.043</b>	<b>68.873.859</b>	<b>281.720.902</b>

**c Movimentação da depreciação acumulada**

	<b>2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixas</b>	<b>2024</b>	<b>Adição</b>	<b>2025</b>
Edificações e benfeitorias	(25.780.202)	(2.475.843)	-	(28.256.045)	(2.828.034)	(31.084.079)
Máquinas e equipamentos	(25.938.248)	(2.754.894)	5.926.461	(22.766.681)	(3.196.248)	(25.962.929)
Instalações	(1.047.768)	(110)	-	(1.047.878)	-	(1.047.878)
Móveis e utensílios	(8.546.214)	(729.219)	615.244	(8.660.189)	(950.469)	(9.610.658)
Equipamentos de informática	(5.064.937)	(1.089.208)	127.255	(6.026.890)	(1.667.490)	(7.694.380)
Veículos	(1.393.134)	(153.590)	(38.625)	(1.585.349)	(386.434)	(1.971.783)
	<b>(67.770.503)</b>	<b>(7.202.864)</b>	<b>6.630.335</b>	<b>(68.343.032)</b>	<b>(9.028.675)</b>	<b>(77.371.707)</b>

Os bens do ativo imobilizado estão líquidos dos bens adquiridos com recursos dos Convênios firmados com a Fundação ou repassados pelos órgãos públicos, através de Contratos e Termo de Permissão de Uso (bens de terceiros). São reconhecidos em contas devedoras e credoras distintas do ativo imobilizado e mantidos ao seu valor histórico. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

<b>Bens de terceiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Máquinas e equipamentos	14.836.460	14.444.836
Móveis e utensílios	1.120.384	965.317
Equipamentos de informática	24.002	24.002
Veículos	44.125	44.125
Benfeitorias	399.789	399.789
	<b>16.424.760</b>	<b>15.878.069</b>

## 12 Intangível

O ativo intangível é composto substancialmente por sistemas de gestão hospitalar e softwares operacionais utilizados nas atividades da Entidade, com destaque para o sistema Philips Tasy.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo do intangível apresentou as seguintes movimentações relevantes: (i) adições no montante de R\$ 540.000, decorrentes da aquisição e implementação de módulos do sistema Philips Tasy; e (ii) amortização no montante de R\$ 262.355, reconhecida no resultado do exercício, conforme a vida útil econômica estimada dos ativos.

A Administração revisa periodicamente a vida útil e a recuperabilidade dos ativos intangíveis, não tendo sido identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável (impairment) na data-base das demonstrações financeiras.

## 13 Fornecedores

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores - atividade saúde	10.772.768	10.584.540
Fornecedores - atividade educação	710.664	1.507.558
Fornecedores - atividade social	34.306	315.019
Fornecedores demais atividades	926.791	1.096.288
	<b><u>12.444.529</u></b>	<b><u>13.503.405</u></b>

## 14 Empréstimos e financiamentos

### a Composição do saldo

Instituição / Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Crédito para investimento	SELIC + 3,52% a.a.	15/09/2037	5.921.819	61.509.554	1.235.433	48.665.358
Bradesco - Cédula de crédito bancário - capital de giro	10,0195% a.a.	17/11/2025	-	-	2.926.895	-
			<b>5.921.819</b>	<b>61.509.554</b>	<b>4.162.328</b>	<b>48.665.358</b>

### b Cronograma de amortização da dívida:

Ano de vencimento	2025	2024
2026	-	4.141.728
2027	5.721.819	4.141.728
2028	5.721.819	4.141.728
2029 a 2037	50.065.916	36.240.174
	<b>61.509.554</b>	<b>48.665.358</b>

### c Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2025	2024
Saldo inicial do empréstimo e financiamentos em	52.827.686	33.367.864
(+) Captações	18.919.279	22.577.449
(-) Pagamentos do principal	(8.943.951)	(5.894.603)
(-) Pagamentos de juros	(6.441.238)	(1.700.207)
(+) Juros provisionados	11.069.598	4.477.183
Saldo final do empréstimo e financiamentos em	<b>67.431.373</b>	<b>52.827.686</b>

O saldo de empréstimos e financiamento está representado pela operação: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), composto dentre outras fontes, pelos recursos de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos do FAT – Depósitos Especiais. Será utilizado em projetos de ambientação e ampliação na área de saúde. A Fundação dá em garantia-reserva, cessão fiduciária dos direitos creditórios que possui junto ao Ministério da Saúde, referente aos créditos decorrentes de haveres pelos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, no ano de 2024 foi acrescentado como garantia os recebíveis vinculados ao curso de graduação em medicina.

**d Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)**

O saldo do empréstimo junto ao BNDES, possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) relacionadas com o cumprimento do índice financeiro apurado em demonstrações financeiras auditada, que compreende a relação entre o patrimônio líquido e o ativo total e deverá ser superior a 0,4.

Em 2025 e 2024 a cláusula contratual restritiva (*covenants*), relacionada com o cumprimento de índice financeiro, foi integralmente cumprido.

Além da referida cláusula financeira, há outras cláusulas restritivas não financeiras que, em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se todas plenamente cumpridas.

## 15 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários a pagar	8.355.404	7.343.573
IRRF a recolher sobre salários	2.210.641	1.897.576
FGTS a recolher	1.154.468	993.089
INSS a recolher sobre salários	826.892	681.219
Rescisões a pagar	205.353	210.544
PIS sobre folha de pagamento a recolher	-	31.268
Outras obrigações	44.041	48.653
	<b><u>12.796.799</u></b>	<b><u>11.205.922</u></b>

## 16 Subvenções a realizar

Descrição	Valores recebidos/repasses		Rendimentos	Imobilizações	Consumo/gastos	Devolução Estado	2025
	2024						
<b>Hospital Escola Padre Albino</b>							
- Secretaria de Estado da Saúde	-	250.000	8.819	(106.556)	(136.654)	(15.609)	-
- Fundo Nacional de Saúde	66.053	2.692.310	12.831	-	(203.836)	-	2.567.358
- Siconv	74.585	128.754	14.046	(165.601)	-	-	51.784
- PRONON	2.074.264	5.664.776	340.080	-	-	-	8.079.120
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	-	-	-	3.138.771
- Subvenção	474.187	-	62.658	-	-	-	536.845
- Prefeitura de Tanabi	-	10.000	176	-	(10.176)	-	-
	<b>5.827.860</b>	<b>8.745.840</b>	<b>438.610</b>	<b>(272.157)</b>	<b>(350.666)</b>	<b>(15.609)</b>	<b>14.373.878</b>
<b>Hospital Escola Emílio Carlos</b>							
- Secretaria de Estado da Saúde	50.466	1.210.000	33.231	-	(1.264.014)	(23.875)	5.808
- Fundo Nacional de Saúde	-	1.247.297	9.222	-	-	-	1.256.519
- Siconv	223	224.443	6.769	(224.443)	-	-	6.992
- PRONAS	862.506	-	93.377	(7.173)	(812)	-	947.898
- PRONON	-	1.016.238	739	-	-	-	1.016.977
- Sustentáveis	662.669	-	-	-	-	-	662.669
	<b>1.575.864</b>	<b>3.697.978</b>	<b>143.338</b>	<b>(231.616)</b>	<b>(1.264.826)</b>	<b>(23.875)</b>	<b>3.896.863</b>
<b>Ambulatório Médico de Especialidades</b>							
- Secretaria	1.038.569	11.671.666	221.752	(527.938)	(12.400.235)	(3.814)	-
	<b>1.038.569</b>	<b>11.671.666</b>	<b>221.752</b>	<b>(527.938)</b>	<b>(12.400.235)</b>	<b>(3.814)</b>	<b>-</b>
<b>Coordenadoria</b>							
- Siconv	2.141	-	-	-	-	-	2.141
	<b>2.141</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.141</b>
<b>Recanto Monsenhor Albino</b>							
- Termo de colaboração 04/2020 - 5º Aditamento	-	102.300	419	-	(102.719)	-	-
- Termo de fomento 01/2023 / 2º Aditamento	84.450	198.000	14.313	-	(216.746)	-	80.017
- Termo de colaboração 07/2025 - SMADS	-	792.000	656	-	(93.190)	-	699.466
- Termo de fomento 02/2024	14.858	-	251	(15.109)	-	-	-
- Termo de fomento 02/2025	-	52.240	1.006	(27.605)	-	-	25.641
- Outros	2.500	-	-	-	(2.500)	-	-
	<b>101.808</b>	<b>1.144.540</b>	<b>16.645</b>	<b>(42.714)</b>	<b>(415.155)</b>	<b>-</b>	<b>805.124</b>
<b>Subvenções a realizar</b>	<b>8.546.242</b>	<b>25.260.024</b>	<b>820.345</b>	<b>(1.074.425)</b>	<b>(14.430.882)</b>	<b>(43.298)</b>	<b>19.078.006</b>

As subvenções a realizar, inicialmente, tem sua contrapartida registrada no ativo (nota explicativa nº 7) e, posteriormente, quando realizadas, são reconhecidas no resultado do exercício, na mesma proporção das despesas e custos incorridos por projeto, de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Fundação.

## 17 Outras obrigações

Descrição	2025	2024
Ressarcimento ao SUS	358.051	426.740
Eventos a liquidar (i)	6.899.641	6.035.685
Tributos retidos a recolher	669.016	552.277
Outras obrigações diversas	226.280	261.158
Adiantamento de clientes	1.220.829	775.151
Provisões a pagar (iii)	1.137.336	402.392
Cheques a compensar	45.292	34.836
Empréstimos bancários de funcionários	306.778	145.065
Receita diferida	437.802	-
	<b>11.301.026</b>	<b>8.633.304</b>

- (i) Os valores registrados como eventos a liquidar referem-se, substancialmente, a obrigações com prestadores de serviços médicos decorrentes de atendimentos realizados e ainda não faturados ou liquidados até a data-base. O aumento observado no exercício está alinhado ao crescimento do volume operacional da Entidade e ao incremento na produção assistencial no período.

- (ii) O saldo de cheques a compensar apresentou aumento relevante em relação ao exercício anterior, refletindo principalmente o volume de pagamentos emitidos próximos ao encerramento do exercício e ainda não compensados na data-base. Tais valores foram devidamente liquidados no período subsequente, não representando risco de exigibilidade adicional para a Entidade.

## 18 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos estão quantificadas em montante considerado suficiente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para atender às expectativas de perdas prováveis na solução desses processos, sendo parcialmente cobertas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo.

As perdas prováveis provisionadas e os depósitos judiciais, nas demonstrações contábeis estão assim compostos:

	<b>Provisões para contingências</b>		<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Efeito líquido dos depósitos judiciais</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhistas	3.959.972	3.967.217	500.085	366.997	3.459.887	3.600.220
Cíveis	5.990.303	4.104.705	211.984	349.404	5.778.319	3.755.301
Tributária	9.013.720	9.013.720	9.013.720	9.013.720	-	-
	<b>18.963.995</b>	<b>17.085.642</b>	<b>9.725.789</b>	<b>9.730.121</b>	<b>9.238.206</b>	<b>7.355.521</b>

Fundação possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, em um total aproximado de R\$ 10.699.614 (R\$ 13.802.375 em 2024), para as quais a Administração da Fundação, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

## 19 Patrimônio líquido

### a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 185.694.792 (R\$ 179.764.368 em 2024).

### b Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício de 2025 no montante de R\$ 6.573.382, deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Reunião Ordinária do Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, com posterior referendo do Conselho de Curadores em sua Reunião Ordinária.

## 20 Receitas Operacionais Líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas - atividade saúde</b>		
Contratualização SUS	159.640.527	112.958.818
Planos de saúde privado	80.231.927	72.601.116
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	6.013.348	7.164.252
Contribuições e doações voluntárias - saúde	4.366.095	2.231.872
Outras Receitas	50.684	25.883
<b>Receita operacional líquida - atividade saúde</b>	<b><u>250.302.581</u></b>	<b><u>194.981.941</u></b>
<b>Receitas - atividade educação</b>		
Mensalidades - educação superior	95.938.016	87.463.897
Mensalidades - educação básica	6.075.671	6.461.968
Gratuidade com bolsas de estudo - educação superior	9.913.127	10.151.492
Gratuidade com bolsas de estudo - educação básica	1.034.996	5.206
Contribuições e doações voluntárias	671.517	-
Aluguéis	15.350	24.350
Outras Receitas	420.365	446.244
	<b><u>114.069.042</u></b>	<b><u>104.553.157</u></b>
<b>Deduções da receita - atividade educação (ii)</b>		
Bolsas de estudos integrais (100%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(7.888.209)	(9.007.325)
Bolsas de estudos parciais (50%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(2.024.918)	(1.144.167)
Bolsas de estudos integrais (100%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	(1.024.440)	-
Bolsas de estudos parciais (50%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	(10.556)	(5.206)
Outros descontos concedidos - educação superior	(8.219.256)	(7.051.211)
Outros descontos concedidos - educação básica	(1.553.038)	(1.471.003)
	<b><u>(20.720.417)</u></b>	<b><u>(18.678.912)</u></b>
<b>Receita operacional líquida - atividade educação</b>	<b><u>93.348.625</u></b>	<b><u>85.874.245</u></b>
<b>Receitas - atividade social</b>		
Contraprestações assistenciais recebidas	351.224	323.209
Contribuições e doações voluntárias	39.531	112.255
Outras Receitas	-	-
<b>Receita operacional líquida - atividade social</b>	<b><u>390.755</u></b>	<b><u>435.464</u></b>
<b>Receitas - demais atividades</b>		
Contribuições e doações voluntárias	6.418.018	4.834.588
Serviços voluntários obtidos (nota explicativa nº 23)	83.320	79.856
Aluguéis/arrendamentos	2.056.834	1.934.589
Outras receitas	1.233.757	1.028.214
<b>Receita operacional líquida - demais atividades</b>	<b><u>9.791.929</u></b>	<b><u>7.877.247</u></b>
Imunidades usufruídas	45.851.880	39.146.438
Subvenções, convênios e parcerias	18.750.654	25.505.714
<b>Receita operacional líquida - total</b>	<b><u>418.436.424</u></b>	<b><u>353.821.049</u></b>

### a Saúde- Atendimento mínimo de 60% ao Sistema único de Saúde (SUS)

Em atendimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece os requisitos para a fruição da imunidade das contribuições sociais pelas entidades beneficentes que atuam na área da saúde, as instituições devem comprovar a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde em percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), calculado com base no total de atendimentos e internações realizados no exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Fundação Padre Albino atingiu o percentual mínimo exigido pela legislação, conforme demonstrado a seguir:

### **Total de internações**

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
SUS	10.467	9.937	6.791	7.107	17.258	17.044	76	77
Convênios/Particular	4.112	3.842	1.315	1.195	5.427	5.037	24	23

### **Atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência**

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
SUS	30.957	29.567	80.828	80.743	111.785	110.310	72	72
Convênios/Particular	40.918	41.471	1.626	1.000	42.544	42.471	28	28

### **CÁLCULO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO AO SUS - 2025**

Descrição	Quantidade	Percentual
Paciente Dia SUS	83.569	85%
Paciente Dia Não SUS	14.840	15%
<b>Total</b>	<b>98.409</b>	<b>100%</b>
Incremento do atendimento ambulatorial, limitado a 10%		10%
<b>Total Geral de Atendimento ao SUS</b>		<b>95%</b>

### **CÁLCULO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO AO SUS - 2024**

Descrição	Quantidade	Percentual
Paciente Dia SUS	84.460	85%
Paciente Dia Não SUS	14.750	15%
<b>Total</b>	<b>99.210</b>	<b>100%</b>
Incremento do atendimento ambulatorial, limitado a 10%		10%
<b>Total Geral de Atendimento ao SUS</b>		<b>95%</b>

### **b Educação- Evidência de bolsas de estudos concedidas, alunos pagantes e matriculados**

Em atendimento ao artigo 66 do decreto 11.791/2023, a Fundação demonstra que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, atendeu ao quantitativo mínimo exigido pela legislação, conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	(R\$)
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR- EM DEZEMBRO</b>				
<b>Nº de Alunos matriculados</b>	<b>2.423</b>	<b>95.938.016</b>	<b>2.247</b>	<b>87.463.897</b>
(-) Bolsas Integrais (100%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	433	7.888.209	411	9.007.325
(-) Outros Tipos de Bolsas Integrais	8	90.556	8	210.060
<b>(=) Alunos Pagantes</b>	<b>1.982</b>	<b>87.959.251</b>	<b>1.828</b>	<b>78.246.512</b>
<b>Mínimo de bolsas integrais por aluno pagante 1 x 9</b>	<b>218</b>	-	<b>203</b>	-
Bolsas Integrais consideradas para o cumprimento 1x9	433	7.888.209	411	9.007.325
<b>Mínimo de bolsas por aluno pagante 1x4 superior SEM Prouni</b>	<b>491</b>	-	<b>457</b>	-
Bolsas Integrais (100%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	433	7.888.209	411	9.007.325
Bolsas Parciais (50%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	248	2.024.918	150	1.144.167
Conversão das Bolsas Parciais (50%)	124	-	75	-
<b>Total de Bolsas Integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais - LC.187/21</b>	<b>557</b>	-	<b>486</b>	-
<b>Gratuidade Excedente</b>	<b>66</b>	-	<b>29</b>	-

<b>EDUCAÇÃO BÁSICA- EM DEZEMBRO</b>	<b>2025</b>		<b>2024</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(R\$)</b>
<b>Nº de Alunos matriculados</b>	<b>679</b>	<b>6.075.671</b>	<b>637</b>	<b>6.461.968</b>
(-) Bolsas Integrais (100%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	161	1.024.440	118	776.565
(-) Outros Tipos de Bolsas Integrais	9	81.242	10	96.947
<b>(=) Alunos Pagantes</b>	<b>509</b>	<b>-</b>	<b>509</b>	<b>-</b>
<b>Mínimo de bolsas integrais por aluno pagante 1 x 9</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>57</b>	<b>-</b>
Bolsas Integrais consideradas para o cumprimento 1x9	161	1.024.440	118	776.565
<b>Mínimo de bolsas por aluno pagante 1x5</b>	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>102</b>	<b>-</b>
Bolsas Integrais (100%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	161	1.024.440	118	776.565
Bolsas Parciais (50%) LC.187/21 - Com perfil socioeconômico	5	10.556	1	5.206
Conversão das Bolsas Parciais (50%)	2,5	-	0,5	-
<b>Total de Bolsas Integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais - LC.187/21</b>	<b>163,5</b>	<b>-</b>	<b>118,5</b>	<b>-</b>
<b>Gratuidade Excedente</b>	<b>62</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>-</b>

### c **Assistência social**

A entidade atua na área da assistência social, desenvolvendo serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e demais normativos aplicáveis.

O serviço é destinado a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social, assegurando proteção integral, garantia de direitos, atendimento humanizado e preservação da dignidade, autonomia e convivência comunitária. A entidade observa rigorosamente os princípios legais de proteção e respeito à pessoa idosa, mantendo equipe técnica habilitada e estrutura compatível com as exigências normativas vigentes.

A seguir, demonstram-se os recursos financeiros aplicados no exercício e a quantidade de usuários atendidos:

<b>Departamento de Assistência Social</b>	<b>Idosos institucionalizados</b>		<b>Custo anual de atendimento</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Recanto Monsenhor Albino	22	24	4.209.401	4.499.250
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>4.209.401</b>	<b>4.499.250</b>

## 21 Custos das atividades e serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Custo com pessoal</b>		
Salários e ordenados	(85.113.538)	(73.959.034)
Horas extras	(8.705.584)	(6.919.145)
Adicional noturno	(2.778.522)	(2.370.951)
Adicional de insalubridade	(9.136.719)	(7.770.843)
Gratificações	(631.759)	(773.404)
Décimo terceiro salário	(9.587.996)	(8.305.338)
Férias	(13.219.213)	(11.419.543)
Aviso prévio	(606.441)	(629.751)
Reestruturação	(522.087)	(164.342)
Indenizações trabalhistas	(6.200.113)	(6.085.813)
FGTS sobre folha de pagamento	(9.845.447)	(8.607.602)
FGTS sobre décimo terceiro	-	-
FGTS sobre férias	(267.036)	(77.408)
PIS sobre folha de pagamento	-	(33.448)
PIS sobre férias	-	(423)
Contratados	(4.916.593)	(4.067.342)
Cestas básicas e vale alimentação	(12.756.483)	(8.733.072)
Outros gastos com pessoal	(1.531.830)	(2.202.357)
	<u>(165.819.361)</u>	<u>(142.119.816)</u>
Serviços voluntários obtidos	(83.320)	(79.856)
<b>Custos com pessoal - total</b>	<u>(165.902.681)</u>	<u>(142.199.672)</u>
<b>Custos com manutenção das atividades, incluindo subvenções e parcerias</b>		
Medicamentos	(29.511.586)	(24.608.278)
Materiais hospitalares	(16.387.032)	(14.781.420)
Médicos plantonistas	(22.398.831)	(17.554.663)
Serviços auxiliares de diagnóstico - SADT	(25.497.192)	(22.827.330)
Serviços médicos - pessoa jurídica	(21.184.706)	(16.906.338)
Órtese e prótese	(13.542.923)	(11.510.848)
Energia elétrica	(3.450.166)	(3.413.133)
Resíduos hospitalares	(918.213)	(791.211)
Rouparia e lavanderia	(4.400.007)	(4.262.589)
Higiene e limpeza	(1.961.158)	(1.916.685)
Material de escritório	(1.790.016)	(1.354.491)
Gêneros alimentícios	(6.239.384)	(4.799.549)
Material de manutenção e consumo	(1.989.117)	(3.608.327)
Materiais de laboratório	(423.987)	(353.548)
Dietas e suplementos alimentares	-	(814.750)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(5.440.028)	(5.405.320)
Residência médica	(1.400.479)	(1.143.342)
Conservação e reparação	(8.760.101)	(6.075.869)
Gás, água e esgoto	(665.553)	(689.125)
Outros gastos	(1.391.133)	(1.651.595)
	<u>(167.351.612)</u>	<u>(144.468.411)</u>
Imunidade das contribuições sociais	(45.851.880)	(39.146.438)
<b>Custos das atividades e serviços - total</b>	<u>(379.106.173)</u>	<u>(325.814.521)</u>

## 22 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas, assessoria e consultoria com informática	(6.886.533)	(4.225.231)
Publicidade e propaganda	(2.244.491)	(1.901.972)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	409.942	(919.965)
Honorários de prestadores de serviços	(590.293)	(443.292)
Aluguéis	(1.332.407)	(1.535.109)
Combustíveis e lubrificantes	(280.000)	(255.060)
Viagens e estadias	(856.905)	(713.118)
Telefone e internet	(363.492)	(663.341)
Impostos e taxas	(148.124)	(111.053)
Outras despesas	(1.537.361)	(1.703.974)
	<u>(13.829.664)</u>	<u>(12.472.115)</u>

## 23 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.328.172	8.851.075
Juros ativos	842.853	698.510
Descontos obtidos	644.066	420.012
Outras receitas financeiras	-	31
	<u><b>8.815.091</b></u>	<u><b>9.969.628</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	(3.610.907)	(3.477.970)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.069.598)	(5.576.975)
Taxas e comissões bancárias	(560.388)	(755.594)
Juros e multa	(15.487)	(14.601)
Outras despesas financeiras	(8.761)	(5.590)
	<u><b>(15.265.141)</b></u>	<u><b>(9.830.730)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(6.450.050)</b></u>	<u><b>138.898</b></u>

## 24 Instrumentos financeiros

### a Considerações gerais

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Classificação</u>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e banco conta movimento - sem restrição	4	4.128.663	13.804.954	(i)
Aplicações financeiras - sem restrição	4	18.279.233	60.021.559	(ii)
Bancos conta movimento - com restrição	5	2.652	46.586	(i)
Aplicações financeiros - com restrição	5	15.416.589	5.740.660	(ii)
Contas a receber de clientes	6	31.842.492	14.871.360	(i)
Outros créditos		239.804	243.987	(i)
		<u><b>69.909.433</b></u>	<u><b>94.729.106</b></u>	
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	12	12.444.529	13.503.405	(iii)
Empréstimos e financiamentos	13	67.431.373	52.827.686	(iii)
Outras obrigações		11.926.987	8.633.305	(iii)
		<u><b>91.802.889</b></u>	<u><b>74.964.396</b></u>	

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado
- (ii) Valor justo por meio de resultado
- (iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

### b Fatores e riscos que podem afetar os negócios da Fundação

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;

### **b.1 Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Fundação. Equivalentes de caixa, que inclui aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber de clientes está relacionado a mensalidades de alunos e prestação de serviços médicos. Para mitigar esses riscos de crédito, a Fundação adota como prática a análise das situações financeiras de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Especificamente para o contas a receber de alunos, o risco de crédito é gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. A Fundação possui, ainda, a provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes no montante de R\$ 6.264.088 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.674.030 em 31 de dezembro de 2024).

### **b.2 Risco de liquidez**

É o risco em que a Fundação encontrara dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez e de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da fundação.

### **b.3 Risco de taxa de juros**

A Fundação procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. A taxa de juro de empréstimos e financiamentos estão vinculadas a taxa de mercado contratualmente pré-fixadas não havendo riscos de flutuação ou exposição por conta de alterações de taxas.

### **c Estimativa do valor justo**

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que, o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação, estejam próximos aos seus valores contábeis.

A administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 25 Imunidades usufruídas

Em atendimento ao artigo 176, Inciso IV alínea d da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, são demonstradas a seguir, os valores relativos aos benefícios fiscais usufruídos durante os exercícios de 2025 e de 2024:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
INSS Cota Patronal	34.748.185	29.973.704
COFINS	10.221.318	8.403.620
Outros	882.377	769.114
	<b>45.851.880</b>	<b>39.146.438</b>

### a Imunidade usufruída das contribuições previdenciárias (INSS)

<b>Departamento da Fundação</b>	<b>Valor bruto da folha de pagamento</b>		<b>Contribuição anual devida</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Hospital - Escola Padre Albino	52.320.734	43.556.059	14.545.164	12.108.584
Hospital – Escola Emílio Carlos	30.071.763	25.666.157	8.359.951	7.135.192
Ambulatório Médico de Especialidades – AME	3.934.926	3.583.589	1.093.909	996.238
<b>Departamentos de saúde - total</b>	<b>86.327.423</b>	<b>72.805.805</b>	<b>23.999.024</b>	<b>20.240.014</b>
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	21.909.287	20.599.380	6.090.782	5.726.628
Colégio Catanduva	2.305.452	2.108.174	640.916	586.072
Centro Cultural e Histórico Padre Albino	86.958	77.199	24.174	21.462
<b>Departamentos de ensino - total</b>	<b>24.301.697</b>	<b>22.784.753</b>	<b>6.755.872</b>	<b>6.334.162</b>
Recanto Monsenhor Albino	1.396.217	1.349.177	388.148	375.071
<b>Departamentos de assistência social - total</b>	<b>1.396.217</b>	<b>1.349.177</b>	<b>388.148</b>	<b>375.071</b>
Coordenadoria Geral	12.968.133	10.879.342	3.605.141	3.024.457
<b>Outros departamentos - total</b>	<b>12.968.133</b>	<b>10.879.342</b>	<b>3.605.141</b>	<b>3.024.457</b>
<b>Total geral</b>	<b>124.993.470</b>	<b>107.819.077</b>	<b>34.748.185</b>	<b>29.973.704</b>

### b Imunidade usufruída da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

<b>Departamento da Fundação</b>	<b>Base de cálculo anual</b>		<b>COFINS anual devido</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Hospital - Escola Padre Albino	194.085.087	151.086.424	5.822.553	4.532.593
Hospital – Escola Emílio Carlos	52.563.935	41.859.685	1.576.918	1.255.791
<b>Departamentos de saúde - total</b>	<b>246.649.023</b>	<b>192.946.109</b>	<b>7.399.471</b>	<b>5.788.384</b>
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	88.110.725	81.611.415	2.643.322	2.448.342
Colégio Catanduva	4.551.034	4.238.480	136.531	127.154
<b>Departamentos de ensino - total</b>	<b>92.661.759</b>	<b>85.849.895</b>	<b>2.779.853</b>	<b>2.575.496</b>
Recanto Monsenhor Albino	351.224	323.209	10.537	9.696
<b>Departamentos de assistência social - total</b>	<b>351.224</b>	<b>323.209</b>	<b>10.537</b>	<b>9.696</b>
Coordenadoria Geral	1.048.595	1.001.466	31.458	30.044
<b>Outros departamentos - total</b>	<b>1.048.595</b>	<b>1.001.466</b>	<b>31.458</b>	<b>30.044</b>
<b>Total geral</b>	<b>340.710.601</b>	<b>280.120.678</b>	<b>10.221.318</b>	<b>8.403.620</b>

**c Trabalhos voluntários usufruídos**

No decorrer do ano de 2025 e de 2024 o conselho de administração, que é composto por voluntários, doou para a Fundação 1.152 horas de trabalho. Essas horas de trabalho e os encargos incidentes sobre elas, somaram um montante de R\$ 83.320 (R\$ 79.856 em 2024) (nota explicativa nº 18), que foram registrados conforme define a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

## 26 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME)

A Fundação Padre Albino firmou contrato de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, em 26 de julho de 2011 (001.0500.000.023/2011), renovado em 26 de Julho de 2016 (001.0500.000.015/2016), que foi renovado em 01 de Julho de 2021 (Nº SES – PRC – 2021/08034) por intermédio da Secretária de Estado da Saúde, regido pela Lei Complementar nº 846 de 04 de Junho de 1998, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços no Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva – AME CATANDUVA, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão acima mencionado tem por finalidade atender com recursos humanos e técnicos os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e IAMSPE tendo como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde em conformidade com os anexos técnicos que integram os contratos de gestão citados acima.

A Fundação Padre Albino, em atendimento a IN TCESP nº 01/2008, em seu artigo 40 e artigo 179, prestou contas das receitas e despesas computadas por fonte de recursos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, a saber:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas operacionais</b>		
Repasse Contrato de Gestão/Convênio (Fixo + variável)	11.553.941	10.975.414
Resultado de Aplicação Financeira	222.024	318.119
	<u>11.775.965</u>	<u>11.293.533</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Pessoal	(5.321.502)	(4.937.659)
Serviços de Terceiros – P. Jurídica	(5.212.267)	(5.440.854)
Materiais	(836.870)	(1.039.286)
Gerais (Água, Luz, Telefone, Aluguel)	(239.980)	(260.561)
Tributárias/Financeiras	(12.854)	(10.343)
Outras Despesas	(8.394)	(915)
Ações Judiciais	101.816	(364.457)
Ressarcimento por Rateio	(872.495)	(890.638)
	<u>(12.402.546)</u>	<u>(12.944.712)</u>
<b>Resultado operacional</b>	<u>(626.581)</u>	<u>(1.651.179)</u>
<b>Total dos investimentos</b>	<u>(527.938)</u>	<u>(48.730)</u>

\*\*\* fim \*\*\*

# REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

## CONTATO

### Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75  
15º Andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900  
E [moorerp@moorebrasil.com.br](mailto:moorerp@moorebrasil.com.br)



[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)

---

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.